**O** **MOVIMENTO** **DE** **REFORMA** **SANITÁRIA** **NA** **ATUALIDADE:**

**MECANISMOS E ESPAÇOS DE LUTA EM DEFESA DO SISTEMA ÚNICO DE**

**SAÚDE**

ALMEIDA , Antônia Ericélia Silva 1

GADÊLHA , Israella Sinara Paula 2

ARAÚJO, Mickaelly Moreira de 3

**RESUMO**

Este artigo analisa o protagonismo do Movimento de Reforma Sanitária, no cenário contemporâneo das lutas em defesa do Sistema Único de Saúde (SUS), e sua expressão por meio dos instrumentos voltados para tal finalidade, aqui representados pela frente nacional contra a privatização da saúde, pelos fóruns estaduais de articulação, e as conferencias, municipais, estaduais e nacionais. Com destaque, para a VII Conferencia Municipal de Saúde de Mossoró, que em três dias reuniu cerca de quinhentas pessoas, entre trabalhadores, gestores, usuários, estudantes e professores acadêmicos. Ressaltando que o interesse em trazer essa discussão, decorre das sucessivas aproximações com a área, durante o processo de formação acadêmica, nos permitindo aliar a base teórica com as experiências empíricas adquiridas por meio das atividades de campo. Nesse sentido, nosso referencial teórico fundamenta-se principalmente em Cohn (1995), Behring (2010), Bravo (2009), que em linhas gerais, trazem o atual direcionamento do Estado e sua relação com o progressivo desmonte dos direitos e das políticas sociais no contexto neoliberal. Por fim, concluímos que, mesmo diante de uma conjuntura adversa à consolidação de garantias historicamente conquistadas, esses espaços acima citados assumem um papel importante e necessário, no que se refere a sua contribuição para o fortalecimento do SUS, e por que não dizer, para a reafirmação do Movimento de Reforma Sanitária, que não deve ser apenas no âmbito da saúde, mas se estender e dialogar com outros movimentos que almejem a construção de uma nova ordem societária.

**PALAVRAS CHAVE:** MOVIMENTO DE REFORMA SANITÁRIA; SISTEMA

ÚNICO DE SAÚDE; MECANISMOS E ESPAÇOS DE LUTA.

1Bacharel em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Mestranda em Serviço Social pelo Programa de Pós- Graduação em Serviço Social e Direitos Sociais da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. E-mail: ericeliaalmeida@hotmail.com

2Bacharel em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. E-mail: sinara.gadelha@hotmail.com

Eixo Temático: V Educação popular, movimentos sociais e educação do campo.

3Bacharel em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. E-mail: mickaelly-araujo@hotmail.com.

A saúde pública, nos últimos anos, tem sido abordada rotineiramente em diversos meios de comunicação, em debates e palestras no ambiente acadêmico, bem como entre profissionais, usuários e sociedade em geral. Os motivos pelos quais isso ocorre, possuem dimensões variadas e dizem respeito, principalmente, aos problemas ocasionados pela (re) configuração do papel do Estado, para com os direitos e as políticas sociais, orquestrada pelo receituário neoliberal.

Assim, buscamos situar essa atual conjuntura com reflexos negativos e perversos, especialmente na política de saúde, por ser uma das mais atingidas pela ofensiva privatizante, e nessa perspectiva, relacionar com as possibilidades de resistência, adotadas pela classe trabalhadora e demais sujeitos políticos e históricos.

Para tanto, iniciamos o desenvolvimento da discussão, partindo da origem do Movimento de Reforma Sanitária, seu contexto de eclosão, suas principais reivindicações e atores sociais, que nos anos de 1980, participaram da construção de propostas para a criação de um sistema de saúde, que fosse gratuito, universal e descentralizado, culminando na aprovação do SUS na década de 1990.

Este movimento foi protagonizado por diversas categorias que em um momento de transição democrática e efervescência política, pleiteavam melhorias estruturais e reais na política de saúde, *“professores universitários, estudantes de medicina,* *profissionais de saúde, sindicalistas e movimentos populares por saúde, além de outros setores organizados da sociedade” (COHN, 1995, p. 232 a 233),* se articulando nopropósito de construir uma política de saúde de caráter universal, de responsabilidade do Estado, para que a mesma se desvinculasse do mercado e da lógica contributiva do seguro.

Na sequencia, discorremos sobre a representação desse movimento na atualidade, suas principais trincheiras de luta, os propósitos pelos quais se organizam e sua relevância para que o projeto da Reforma Sanitária não seja enfraquecido, ou até mesmo derrotado, pelo projeto do capital, em meio aos interesses mercadológicos e privatistas que invadem a saúde pública nos últimos tempos. Acarretando dessa forma, o que Bravo (2009), considera como a existência de dois projetos em disputa na política

de saúde: o privatista protagonizado pelo mercado e o da Reforma Sanitária, representado pelos/as defensores/as dos princípios do SUS.

Nessa ultima categoria, tivemos o recente exemplo da VII Conferencia Municipal de Saúde de Mossoró/RN, com o tema: Saúde pública de qualidade para cuidar bem das pessoas: direito do povo brasileiro, realizada entre os dias 13 e 15 de julho do corrente ano. Reuniu trabalhadores, gestores, usuários e comunidade acadêmica, com palestras sobre os eixos temáticos, discussão e elaboração de propostas sobre a realidade da saúde, não só em âmbito local, mas ampliando o debate para o contexto geral. Ocorrendo ainda a eleição de delegados e suplentes para a etapa regional, tornando-se assim um dos momentos mais expressivos da democracia e exercício do controle social para essa cidade.

No entanto, cabe refletirmos sobre os principais desafios postos ao SUS mediante a ofensiva do capital, que vem se tornando uma ameaça para a consolidação dos princípios que regem esse sistema. Situação que se desenvolve a partir dos anos de 1990, com a adoção do neoliberalismo enquanto modelo político e econômico, que por sua vez, traz a exigência de um padrão gerencial para a administração pública, desencadeando gradativamente uma serie de reformas no âmbito da seguridade social.

Os efeitos desse modelo na área social correspondem ao processo de privatização do bem público iniciado no governo de Fernando Henrique Cardoso e continuado nos governos seguintes, denominado de reforma do Estado, que para alguns autores caracteriza-se como uma contrarreforma, pois segundo Behring (2010), são reformas orientadas para o mercado em detrimento das políticas sociais, que nesse direcionamento se tornam focalizadas, seletivas e privatistas.

Contudo, nós que acreditamos no SUS, temos que fortalecê-lo, pois apesar de suas fragilidades representa uma das maiores aquisições do povo brasileiro no âmbito dos direitos sociais, zelando assim pela sua existência, exercendo o controle social, participando dos espaços de dialogo, mobilização, formação e articulação, na busca pela melhoria da qualidade da estrutura e dos serviços, com os recursos humanos e materiais satisfatórios para atender as suas demandas.

E, na oportunidade, reafirmar também a importância de nós, enquanto usuárias desse sistema e também profissionais vinculadas a um projeto ético político emancipatório de toda a sociedade, nos posicionar em favor de um direito fundamental ao ser humano que é, sobretudo, o direito a vida. Portanto, a luta pela efetivação do

SUS, conforme estabelecido em lei, deve ser uma constante em meio às forças

contrárias a esse propósito, como um ideário que interaja com o de outros movimentos,

pela construção de uma sociedade verdadeiramente emancipada, no horizonte da

igualdade e da justiça social.

**REFERÊNCIAS**

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social:** fundamentos e história. 7ed. São Paulo: Cortez, 2010.

BRAVO, Maria Inês de Souza. Política de saúde no Brasil. *In*: **Serviço social e saúde:** formação e trabalho profissional. 4 ed. São Paulo: OPAS,OMS Ministério da saúde, 2009.

COHN, Amélia. Mudanças econômicas e políticas de saúde no Brasil. *In*: **Estado e** **políticas sociais no neoliberalismo.** LAURELL, Asa Cristina (org). São Paulo: Cortez,1995.